



A HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: A FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA (FFPVC)

Luciana Canário Mendes¹

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro²

Este estudo teve como objetivo principal analisar os primórdios da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC)³. De natureza bibliográfica e documental, utilizamos como principais fontes os documentos legais (leis, decretos, pareceres, resoluções), planos e relatórios governamentais (Plano Integral de Educação e Cultura – 1968-1971) e institucionais.

Destaca-se esse período da História da Educação, haja vista que essa década representou para a Bahia um marco no seu processo de modernização econômica, com uma forte intervenção estatal favorecedora da acumulação privada de capital e a adoção do binômio “educação e desenvolvimento” como eixo das políticas públicas. A política educacional baiana passou a ser pensada como integrante dos planos econômicos globais e, como política pública, voltou-se à atuação na correlação de forças sociais, seguindo determinações do desenvolvimento econômico capitalista.

Esse período foi marcado pelo lema “Segurança e Desenvolvimento”, afirmado pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que buscou estruturar a economia de modo a implementar um modelo de modernização e desenvolvimento, que atendesse às demandas do regime imposto. Nesse contexto, decorreram significativas mudanças na política educacional,⁴ criadas pelas Leis nº 5.540/1968 (referente ao ensino superior) e nº

1 Doutoranda e Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB; bolsista CAPES, Membro dos Grupos de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação e Memória geracional, Políticas Educacionais e Trajetórias Sociais, ambos do Museu Pedagógico da UESB. Endereço eletrônico: lucianacanario@gmail.com;

2 Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Educação pela UFBA e Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil – HISTEDBR e ao Museu Pedagógico, no qual coordena o Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação. Endereço eletrônico: apcasimiro@oi.com.br.

3 Precisamos destacar que essa Instituição posteriormente, junto com a Faculdade de Formação de Professores de Jequié, com as Escolas de Administração em Vitória da Conquista e com a Escola de Zootecnia de Itapetinga, veio a transformar-se na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

4 Por política educacional entendemos o conjunto de medidas tomadas (ou formuladas) pelo Estado e que



5.692/1971 (referente ao antigo ensino de 1º e 2º graus); configuradas, principalmente, por baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e pela necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava estritamente vinculado⁵. A fim de atender às demandas do governo ditatorial, novas estratégias foram traçadas nos estados, no nosso caso, na Bahia e em Vitória da Conquista, especialmente, visando atender às exigências do governo federal para interiorização e expansão deste nível de ensino⁶.

Apesar de tal demanda, no tempo focado, só existiam duas universidades no Estado: uma pública – a Universidade Federal da Bahia/UFBA, criada em 1946, e outra privada confessional – a Universidade Católica de Salvador, que surgiu em 1952, além de outras poucas instituições de ensino superior isoladas, algumas ministrantes dos cursos de Filosofia e Sociologia. O interior do Estado contava com apenas cinco Instituições de ensino superior, todas particulares, a saber: Faculdade Católica de Direito (Ilhéus), Faculdade de Sociologia e Política (Ilhéus), Faculdade de Filosofia (Itabuna), Faculdade de Ciências Econômicas (Itabuna) e a Escola de Sociologia e Política (em Vitória da Conquista)⁷.

Coincidentemente, todas responsáveis por cursos na área de Ciências Humanas que facultavam o pensamento filosófico e ideológico sobre a realidade. Vale lembrar que, mesmo que a Lei nº 1.802/1962 tivesse determinado a implantação de cinco faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetitê, Juazeiro e em Vitória da Conquista, na prática, o Estado ainda não tinha tomado providência no sentido de instalá-las. Essas instituições teriam como objetivo “preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado”.

Além das condições nacionais e estaduais propensas à expansão do ensino superior, temos que levar em consideração que, neste período, ocorreram mudanças na Região Sudoeste da Bahia (na qual se encontra inserido o nosso objeto), caracterizadas, dizem respeito ao aparelho de ensino (CUNHA, 1983, p. 439).

5 Silva e Pina (2009) asseguram que o período 1940-1970 foi marcado pela perspectiva de “educar para enriquecer”, ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominante no período. Nessa compreensão, o Estado é quem controla e demarca as políticas públicas, inclusive educacionais, antenados ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. As referidas autoras destacam que as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização (p. 68).

6 Ao longo do presente estudo, utilizamos o termo expansão para nos referirmos à ampliação de oportunidades educacionais, considerando o acréscimo de matrículas, as diferentes modalidades políticas (como a criação de instituições e a expansão de vagas) e, como resultado dessas políticas, a interiorização de instituições no interior dos estados e regiões.

7 Fonte: Jornal A Tarde, de 19/02/1966.



prevalentemente: pelo incremento das atividades agropecuárias, pelo crescimento populacional, pela urbanização, conseqüente aumento das atividades comerciais no atacado e no varejo, e pela criação de novos municípios. Mudanças essas que viriam a definir a busca de soluções para os problemas educacionais mais abrangentes, seja na formação de professores para atender à população advinda, seja na formação de profissionais liberais e técnicos capazes de solucionar os problemas decorrentes deste acelerado desenvolvimento regional.

Ao lado disso, em âmbito nacional, a melhoria das estradas nacionais e estaduais, o advento e a popularização dos meios de comunicação, mormente a rede televisiva, e até mesmo o ideário desenvolvimentista incentivavam as populações urbanas das regiões mais isoladas a almejavam aquelas condições das quais só gozavam as capitais, com ênfase no sul e sudeste. Almejavam, sobretudo, educação superior.

Somando-se a esse contexto, no final da década de 1960, o governo estadual propõe, via Plano Integral de Educação e Cultura-PIEC⁸, mecanismos de intervenção, sobretudo em áreas até então consideradas pouco assistidas, de forma a aumentar a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário, atual educação básica, e melhorar a qualidade do ensino, através de seleção racional de professores e treinamento dos já existentes (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. I, p. 154).

Esse Documento, dentre outros motivos, direcionou o ensino superior público para a iniciativa estadual, promovendo sua interiorização, com a proposta de “Instalação no interior do Estado de 04 Faculdades de Educação, para formação de professores de 1º ciclo do ensino médio⁹”.

Visando a atender tais objetivos, dentre outras medidas, se instalaram as Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, somando-se à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1960. Excetuando-se a FAMESF¹⁰, as faculdades de formação de professores, organizadas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, passaram a ter um importante papel na história da educação superior baiana.

Interessante observar que todas essas Faculdades ofereciam cursos de licenciaturas

8 Na gestão do governador Luiz Viana Filho e contou com o apoio dos secretários de educação Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969) e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

9 Idem.

10 Após ser absorvida pela administração estadual em 1983, a Famesf é integrada às unidades formadoras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Além disso, é importante observar que as unidades voltadas para o setor primário da economia não estavam vinculados a Secretaria de Educação e Cultura, criada em 1935; eram integradas a Secretaria de Agricultura. É com o Plano Integral de Educação e Cultura que ocorreu a mudança da área da agricultura para a educação.



curtas, e, com essa opção, o governo do Estado, a exemplo do restante do País, estabelecia políticas educacionais de caráter emergencial e aligeirado, sobretudo nas cidades interioranas. Ademais, com recursos escassos permitia aos professores das faculdades de formação ministrar diferentes disciplinas nas regiões carentes destes profissionais ou, ainda, “habilitava” os professores leigos.

Para Midlej (2004), as faculdades buscavam suprir as deficiências regionais na formação de professores para o 2º grau. Além disso, a instalação desses cursos era menos onerosa, dependendo basicamente da disponibilidade docente e de bibliotecas que, entretanto, muitas vezes, eram precárias¹¹, para o reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação¹².

Ao lado disso, desde a década de 1960, pressões, inclusive situadas nos grandes centros e política urbana, em consolidar cidades de médio porte e necessidades de expansão do capital, fez com que o governo passasse a articular o processo de implantação das Faculdades de Formação de Professor, dentre elas a de Conquista. Deste modo, o processo de implantação e a trajetória da FFPVC compõe um fenômeno importante pelas imbricações na vida do município e da região.

Em síntese, a FFPVC foi constituída a partir do movimento e dos interesses da sociedade. Isso se deu em uma cidade politicamente organizada, ocupando determinado território e dirigida por um determinado governo, estabelecendo, desta forma, as relações que absorvem as tendências dominantes em cada momento da história.

A pesquisa evidenciou que, desde a década de 1960, o Estado visava à “modernização do país”, concatenado com requerimentos do capital internacional. Logo, o sistema educacional sempre foi considerado um elo necessário para o desenvolvimento econômico e social. Sob essa ótica, podemos afirmar que a expansão do ensino público superior na Bahia, na década de 1970, se articulou dialeticamente com a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu neste período ditatorial.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Superior. Instituição escolar.

11 A biblioteca da FFPVC, por exemplo, segundo inventário realizado em dezembro de 1974 acusou apenas 1.005 livros e 45 revistas (UESB, 1982).

12 Segundo o Diagnóstico Estratégico da UESB, as principais dificuldades para a implantação dessa Faculdade, especialmente nos dez primeiros anos, foram: difíceis condições salariais para seus docentes e funcionários, falta de condições estruturais (laboratórios, salas de aula, etc.) e de regulamentação dos profissionais do ensino superior (UESB, 1993).



REFERÊNCIAS

BAHIA. **Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia**. Governo de Luís Viana Filho. (documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969. Volume I.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista, EDUSF, 2004.

SAVIANI, D. . Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. IN: NASCIMENTO, M. I. M. [et al.]. **Instituições escolares no Brasil** - conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória da Educação).

SILVA, A. A. ; PINA, M. C. D. Educar para enriquecer: o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 36, p. 57-69, dez. 2009.